

ESPECIAL SEGURANÇA

Entrevista:
Securitas celebra
50 anos de
operações
em Portugal
P | V

Entrevista:
Prosegur
analisa peso
do “decénio da
cibersegurança”
P | VII

Segurança Privada: Uma indústria que ainda é de pessoas

Concentração: Trivalor vai às compras
Negócios: Cibersegurança é coqueluche
Entraves: Dumping social é um flagelo

P | II e IV





Benoit Tessier/Reuters

ANÁLISE AO SETOR

Aquisições e investimento aquecem segurança privada

Poderíamos pensar que um setor de atividade com margens esmagadas, como é o caso da segurança privada, estaria condenado a estar inativo. Mas é exatamente o contrário.

A comprovar esta fase de grande vivacidade está a forte atividade no sentido de concentração empresarial, com o grupo Trivalor a fazer compras e o regresso de um empresário romeno, a operar há muitos anos em Portugal, com a compra de uma empresa do setor. Depois da segurança humana ter sido o forte do setor, e mais tarde a vigilância eletrônica, nomeadamente com o negócio dos alarmes, é agora a vez de uma nova coqueluche, a cibersegurança, uma atividade que as empresas precisam para lhes garantir a segurança de um dos bens mais preciosos que possuem: a informação.

O setor da segurança privada continua difícil para os operadores. Margens demasiado apertadas,

empresas que alegadamente praticam dumping social e que ganham contratos no Estado, economia que não cresce e logo negócios que não aumentam e uma grande dificuldade em encontrar novos negócios.

O negócio da cibersegurança é a coqueluche do momento mas, como todos os outros negócios está num arranque difícil. O negócio valerá entre cinco e sete milhões de euros na ótica de várias fontes do setor. Este é um valor reduzido quando comparado com todo o setor da segurança privada que vale mais de 700 milhões de euros por ano. A cibersegurança tem o problema acrescido de poder ser desenvolvida por qualquer empresa, desde que tenha know-how, contrastando com a atividade da segu-

rança humana e eletrônica que obriga a regras, formação e licenças específicas. De qualquer forma é um negócio de que um dos responsáveis da Prosegur em Portugal nos fala em detalhe e que pode vir a ser uma "luz ao fundo do túnel" numa indústria cheia de dificuldades. De registar que o papel da nova entidade fiscalizador, o Centro Nacional de Cibersegurança, ainda está nos primórdios e não tem competências para a fiscalização.

Números e problemas

O setor da vigilância privada envolve cerca de uma centena de empresas, 30 mil colaboradores e fatura mais de 700 milhões de euros. A parte da segurança humana continua a ser quem tem o maior peso.

A Prosegur e o grupo Securitas, incluindo a Loomis, deverão faturar cerca de 120 milhões cada. A Charon e a Prestibel deverão faturar cerca de 45 milhões de euros cada, com a primeira a registar uma queda abrupta nos últimos dois anos, segundo fontes do setor. Acima dos 40 milhões de faturação/ano estarão a 2045, a Strong e a Esegur. Ligeiramente abaixo está o Grupo 8. Depois aparecem empresas como a SOV a faturar cerca de 20 milhões e a Arko com cerca de um terço desse valor. Há outras empresas de referência como a PSG e que tem uma política de preços agressiva, segundo os seus concorrentes. A Powershield é uma outra empresa muito ativa e que o mercado a referencia como uma "estrela em ascensão" e que se posiciona no mesmo segmento onde está a Arko. A Vigiaexpert, a Ronsegur, a Stanley (alarmes) e a Comansegur são outras companhias que estão a crescer neste mercado.

Um dos temas de maior preocupação para a indústria é as margens. Dependendo das empresas e dos clientes, a margem bruta neste setor anda entre os 3% e os 4%, o que é considerado muito pouco, podendo em alguns clientes ser zero, ou mesmo negativo, e em outros casos poderão oscilar entre os 5% e os 8%. A questão do dumping social é claro, dizem as empresas e a pressão sobre o setor tem levado a perdas de rentabilidade violentas e a proporcionar operações de concentração com o objetivo das companhias obterem dimensão. Um gestor da área, que pediu para não ser identificado, insistiu no tema da diluição de custos fixos com as compras que vão sendo feitas e que deverão continuar. Acrescenta mesmo que "o setor precisa de consolidação". Antes da estratégia de aquisição que se tem verificado nos últimos meses, chegou a falar-se no mercado sobre a criação de uma empresa que agrupasse várias companhias com faturação entre os 20 e os 40 milhões/ano com o objetivo de diluir custos e aproveitar especificidades de cada uma das empresas participantes.

De qualquer forma o setor tem vivido momentos de turbulência, e há muito que não registava tantas greves como as realizadas em 2016 e a envolver o setor dos aeroportos.

O setor dos alarmes ainda é o segmento de maiores margens e com espaço para crescer, sobretudo na parte das PME e residencial. Este é um segmento dominado pela Securitas Direct (com cerca de 130 mil alarmes) e pela Prosegur (com cerca de 65 mil alarmes), e ainda pela Stanley.

Ainda dentro dos problemas do setor, as empresas reclamam mais fiscalização, sobretudo das autoridades para as Condições do Trabalho e a Autoridade Tributária. ●

O setor da vigilância privada envolve cerca de uma centena de empresas, 30 mil colaboradores e fatura mais de 700 milhões de euros



Protecção
contra Incêndio



Tecnologia



Vigilância
Especializada



Análise
de Risco



Vigilância
Remota



Vigilância
Mobile

A melhor maneira de prever o futuro, é criando-o!



Alvarás: MAI n.º 22A, 22B e 22C; IMPC n.º 68711

www.securitas.pt



Denis Balibouse/Reuters

ANÁLISE AO SETOR

Trivalor negocia compra da Charon com o Explorer

A Trivalor está a afirmar-se como o principal agente da consolidação do setor da segurança em Portugal. Depois da Charon, o próximo grande negócio é a venda da Esegur.

O ano de 2017 começou com compras e o ano passado de 2016 foi marcado por um outro fenómeno: a concentração de empresas e a mudança de mãos de algumas delas. Vejamos o que não se concretizou por enquanto. A venda da Esegur por um valor estimado entre os 20 milhões e os 25 milhões de euros está “encravada” no problema dos acionistas. O Novo Banco está em processo de venda e logo a participada não é uma prioridade; e o outro acionista, a CGD está a ser alvo de mudanças a nível de administração e quem por lá passou nos últimos meses não deu a devida importância em algo que era pequeno perante as grandes necessidades de recapitalização que a instituição precisa. Aliás, fontes financeiras acreditam que a administração de António Domingues estivesse inclinada a comprar a posição do outro sócio, o NB, e ficar com a companhia de transporte de valores. Sobre a posição da adminis-

tração de Paulo Macedo ainda nada transpareceu. A venda da Esegur poderá acontecer este ano, mas não é uma prioridade. Os concorrentes são conhecidos: temos a Prosegur, a Loomis (com ligações acionistas à Securitas, o que pode implicar “remédios” em caso de vitória e passagem à fase de análise pela Concorrência); e ainda o MBO liderado por Julio de la Sen, que em declarações ao JE diz continuar fortemente empenhado na operação, tendo o suporte de outros sócios no projeto. Há ainda dois outros fundos de investimento fortes na corrida e fontes do setor indicam que a Prestibel também terá feito uma proposta, embora não seja uma informação confirmada pelos próprios.

Depois temos as empresas de segurança humana, onde o grupo Trivalor está a “dar cartas”. A informação mais recente de fontes do setor revelam que no início desta semana ficou fechada a intenção de eventual

compra da Charon ao fundo Explorer, uma empresa que está entre os maiores players nacionais. Esta operação – que oficialmente não estava confirmada a meio da semana, por falta de resposta das empresas envolvidas – estará dependente de um estudo profundo da companhia, e da eventual aprovação das autoridades, nomeadamente ao nível da Concorrência. O grupo Trivalor (com faturação anual de 400 milhões de euros)

2017 começou com compras e 2016 foi marcado por um outro fenómeno: a concentração de empresas e a mudança de mãos de algumas delas

que atua em áreas tão diversas como as limpezas industriais, os serviços financeiros ligados a cartões de refeição até à vigilância eletrónica e vigilância humana (através da Strong), a logística ou a restauração coletiva, aproveita a escala e o cross-selling que estas atividades potenciam. Recordar-se que o mesmo grupo fechou no final do ano passado a aquisição de uma outra empresa do setor e que é uma referência na segurança privada como marca premium, a SOV. Esta aquisição já passou na Concorrência e está totalmente fechada, decorrendo os processos de integração. Com estas operações na vigilância privada o grupo Trivalor ganha mais de 60 milhões de faturação/ano, quase cerca de 10% da faturação global deste setor, caso concretize todas as intenções conhecidas.

Uma outra operação de relevo e que já é conhecida do mercado, foi a compra do grupo Arko pelo empre-

sário Marius Matei. Este gestor romeno está radicado em Portugal há mais de 20 anos e tem ativos em várias áreas de serviços. Conseguiu homologar o PER de uma das empresas Arko, a Arko Service, e já terá aprovado por outros credores o PER da Arko Security desde o início de janeiro. Não foi possível obter respostas do empresário, mas o JE sabe que está a conseguir recuperar rapidamente uma empresa de segurança humana e eletrónica que se posicionou num segmento premium da indústria. Aliás, este empresário comprou em junho uma companhia de eletrónica empresarial, a Tytec e, segundo fontes do setor, poderá avançar para outras compras. Na indústria falou-se uma empresa francesa ligada às limpezas, a AMG, e que tem uma pequena operação em França de segurança privada e que em Portugal teria estado, até dezembro, a analisar a eventual compra de uma empresa de segurança privada. ●

ENTREVISTA **JORGE COUTO**, administrador-delegado da Securitas Portugal

“Tendência de degradação tem de ser interrompida”

Ao longo de 50 anos, a Securitas cresceu e viu crescer o setor em Portugal. Hoje, os desafios são verdadeiros testes à resiliência e à capacidade de adaptação a novas realidades.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Ao assinalar os 50 anos de operações em Portugal, Alf Goranson, presidente e CEO do Grupo, afirmou que o nosso país sempre foi estratégico e que continua a ser uma geografia com particularidades especiais e enormes desafios.

Que particularidades são estas que o CEO do Grupo aponta?

Quando o Grupo Securitas iniciou o seu processo de internacionalização, situou Portugal no seu raio de ação, ao contrário de outros exemplos de processos de internacionalização de outras multinacionais, que iniciavam este processo pela Europa Central. Na minha opinião o facto de ser uma economia pequena, com um risco moderado e com um grande potencial de desenvolvimento, onde a segurança privada não existia como atividade económica, era um bom exemplo para testar o modelo de negócio sem correr riscos assinaláveis. O resultado foi satisfatório e desde então a subsidiária portuguesa esteve sempre posicionada como um dos casos de sucesso para o Grupo. Posso referir que quando, mais tarde, o Grupo decidiu avançar para um conjunto de aquisições em Espanha, Portugal serviu como “centro de formação”, ao nível da gestão, para os colegas espanhóis, que se deslocaram a Portugal para estudar a forma como foi implementado o modelo de negócio. Claro que outros atributos que caracterizam os portugueses, como a hospitalidade, flexibilidade e assertividade, foram igualmente determinantes para Portugal ter obtido a confiança do Grupo no momento a investir.

E que desafios são estes?

Os desafios de testar a resiliência e a capacidade de adaptação a novas realidades. Nos últimos anos Portugal tem atravessado momentos económicos muito difíceis, com fortes restrições financeiras, que têm tido um impacto considerável na economia. Na verdade, mantendo o mesmo modelo de negó-

cio, ajustando a estratégia, tem conseguido responder satisfatoriamente a estes ciclos de exigência, mantendo os standards de qualidade, continuando a ter bons indicadores de negócio, particularmente os níveis de retenção de clientes e de fidelização dos colaboradores. A nossa performance, num quadro tão exigente, tem sido apontada como uma referência pelo Grupo, que sinaliza e divulga entre as subsidiárias o nosso exemplo apelando à replicação noutros mercados.

As histórias da empresa e do setor caminham lado a lado e muitas vezes devem confundir-se. Que momentos ditaram a evolução de ambos?

Através do seu pioneirismo começou por abrir caminho à afirmação da atividade, acelerando o processo de externalização dos serviços de segurança. Primeiro no setor privado, com as grandes empresas a tomarem a decisão de recorrer ao outsourcing, alargando-se posteriormente a todos os setores de atividade. Mais tarde no setor público, principalmente depois do primeiro processo legislativo em 1986, permitindo a expansão para áreas tradicionalmente sob a responsabilidade das FSS (Forças e Serviços de Segurança). Sendo pioneira funcionou também como escola, formou muitos quadros e alguns seguiram os seus projetos no setor. Por outro lado, aumentou a concorrência e a competitividade, e ainda promoveu o movimento associativo (associação patronal) e o diálogo social com parceiros sociais, dinamizando a contratação coletiva de trabalho e a valorização profissional.

Em que ponto considera estar o dossiê das margens, dumping de preços e concorrência?

O diagnóstico está compreendido. Existe muita documentação que demonstra claramente o efeito perverso destas práticas, os prejuízos originados ao Estado, aos trabalhadores e às empresas. O poder público já está informado. Falta ação firme e determinada por parte das autoridades que não têm encarado este dossiê com o interesse que, na nossa opinião, deviam. O



“

O Estado é o principal infrator, promovendo a compra dos serviços a preços inferiores aos custos mínimos legais obrigatórios e, talvez por essa razão, não tem interesse em intervir com a urgência necessária

Estado é o principal infrator, promovendo a compra dos serviços a preços inferiores aos custos mínimos legais obrigatórios e, talvez por essa razão, não tem interesse em intervir com a urgência necessária. É uma postura inadequada pois está mais do que atestado que, a jusante, o Estado é o mais lesado.

A curto/médio prazo, como perspetiva o futuro do setor?

Veremos. Sou da opinião que assistiremos a uma consolidação no setor. Não obstante, esta consolidação vai resultar das dificuldades económicas e financeiras que os operadores atravessam presentemente, tendo necessidade de procurar sinergias e economias de escala. Se terá como consequência uma alteração de estratégia, observaremos.

Como perspetiva o futuro

desta atividade em Portugal?

Espero sinceramente que o processo de consolidação possa vir a promover a consciencialização de que a tendência de degradação do setor tem de ser interrompida. Se nada se alterar dificilmente teremos trabalhadores interessados em ingressar na atividade, procurando outros setores onde possam desenvolver as suas capacidades e onde se sintam mais dignos e motivados. A curva de descendência está no limite do mínimo aceitável e os profissionais e as entidades associadas ao Sector têm a responsabilidade de inverter a atual situação. Só desta forma poderemos ambicionar alargar o campo de intervenção da segurança privada para outras esferas de atuação, que hoje são ocupadas pelas FSS e que o investimento privado poderá acrescentar valor. Sejamos otimistas. ●

CYBER SEGURANÇA

Empresas e consumidores enfrentam novos desafios

Consumidores, mais conscientes dos riscos cibernéticos, responsabilizam as empresas quando ocorrem violação de dados.

CÁTIA MARQUES

cmarques@jornaleconomico.pt

Segundo o mais recente estudo da Gemalto, líder mundial em segurança digital, mais de 4,8 mil milhões de registos de dados foram expostos desde 2013, sendo o roubo de identidade o principal tipo de violação de dados (64%), de acordo com o Índice de níveis de violações HI 2016 da Gemalto.

Os resultados do relatório “Violações de dados e fidelidade do consumidor 2016”, realizado a nove mil consumidores da Austrália, Benelux, França, Alemanha, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Índia, Japão, Reino Unido e EUA, mostram que 70% dos inquiridos considera ser da responsabilidade da empresa proteger e garantir a segurança dos dados e apenas 30% da responsabilidade a si mesmos. Para 29% as empresas levam a sério a proteção de seus dados. No que às redes sociais diz respeito, é nelas em que os consumidores vêm mais riscos (59%), seguindo-se serviços bancários (34%). O estudo verificou ainda que o uso fraudulento de informações financeiras afetou 21% dos consumidores, e o roubo de identidade 14%. Mais de um quar-

Uso fraudulento de informações financeiras afetou 21% dos consumidores e o roubo de identidade 14%

to (27%) atribuiu a violação a uma falha nas soluções de segurança de dados da empresa. A falta de confiança do consumidor pode existir devido à falta de medidas fortes de segurança que são implementadas pelas empresas. Entre os serviços bancários online, as senhas ainda são o método mais comum de autenticação, usado por 84% dos serviços bancários online e 82% dos serviços bancários móveis.

2017: o ano dos robôs?

Há seis tendências tecnológicas que as PME devem seguir em 2017. É o que prevê a Sage, especialista em soluções integradas de gestão. No entanto, apesar de os consumidores estarem cada vez mais conscientes dos riscos cibernéticos, responsabilizam as empresas quando ocorrem violação de dados.

A transformação digital está a revolucionar a sociedade a um ritmo acelerado. Klaus-Michael Vogelberg, CTO (Chief Technology Officer) da Sage, considera que existem seis tendências que irão mudar a forma como os empresários gerem os seus negócios em 2017, já que todas as empresas “estão a transformar-se de uma forma mais ou menos intensiva em negócios tecnológicos”, explica.

Uma das tendências previstas por Vogelberg são os chatbots e assistentes virtuais. Um chatbot, termo que provém da junção das palavras chatter (a pessoa que conversa) e bot (abreviatura de robô), é um robô em forma de software que permite gerar perguntas e respostas durante uma interação com pessoas. Se no passado os utilizadores usavam teclado ou rato para interagir com os computadores, gradualmente esta interação passará a ser feita oralmente ou através de controlo gestual com as mãos, cabeça ou olhos. Em junho de 2016, a Sage lançou o seu pri-



Pawel Koczynski/Reuters

meiro chatbot de contabilidade, a PeggTM., um assistente inteligente que permite aos utilizadores monitorizar as suas despesas e gerir as suas finanças através de uma aplicação de conversação.

A inteligência artificial segue-se no leque das tendências a acompanhar. Com a expansão do volume de dados, de um lado, e os agentes inteligentes, do outro, as empresas precisam de encontrar formas de extrair conhecimento da atual riqueza do Big Data.

A par destes conceitos até agora referidos, há uma tecnologia ainda pouco conhecida e que pode revolucionar os negócios do futuro. Falamos do blockchain. Esta tendência inovadora tem a capacidade de eliminar uma grande parte da

carga de trabalho, tal como controlar e agendar transações, transferências de dinheiro ou pagamento de faturas. Como? Em vez de utilizar intermediários como bancos, notários, autoridades estatais ou plataformas comerciais para legitimar a troca de determinados bens, os blockchains permitem transferir esses bens de forma direta, segura e imutável entre eles.

Em 2017, a forma como as pessoas utilizam o dinheiro e realizam transferências e pagamentos vai tornar-se mais facilitada, já que as transações poderão ser feitas a toda a hora e em todo o lado, de forma imediata e em vários canais e estarão totalmente integrados com os sistemas contabilísticos financeiros das empresas do futuro.

Também as tecnologias como a cloud computing, as chamadas engagement technologies estão a transformar o social business. O CTO salienta que este tipo de plataformas cloud “está a democratizar a forma como as empresas têm acesso a aplicações de última geração e a tecnologias inteligentes e escaláveis”.

Por último, o fenómeno da interligação entre os mundos físicos e virtuais, através da Internet of Things (IoT) está a emergir. Múltiplos fluxos de dados oriundos de todo o tipo de sensores irão resultar num verdadeiro tesouro valioso de informação, criando assim uma grande diversidade de novos serviços. Entraremos assim, numa economia digital. ●

ENTREVISTA FRANCISCO NINA RENTE, CEO da Dognædis/Proseguro

“Este é o decénio da cibersegurança”

Atualmente, para o tecido empresarial, independentemente da área de atuação, tornou-se crucial assegurar a confidencialidade, a integridade e ainda a disponibilidade da informação.

A segurança da informação visa proteger o principal ativo das empresas, que é a informação em si, afirma Francisco Nina Rente, CEO da Dognædis/Proseguro. Neste contexto, o responsável acrescenta ainda que qualquer negócio, comercial ou não, depende grandemente da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação.

Pode dizer-se que a cibersegurança é o tema deste decénio?

Garantidamente estamos na era da informação, o que torna a segurança de informação (onde se inclui a cibersegurança) uma capacidade mandatária e de alto relevo. Se juntarmos este aspeto ao facto de este decénio ter drivers tecnológicos tão fortes como a chamada Indústria 4.0, a Internet das Coisas (IoT) ou as Smart Cities, pode-se garantidamente dizer que este é o tão aguardado decénio da cibersegurança.

Considera que a segurança da informação é o principal ativo das empresas na atualidade?

Na minha visão, o principal ativo será a informação em si, sendo a segurança de informação uma capacidade de gestão e operacional a aplicar a esse ativo. Ou seja, na realidade a elevada importância da segurança de informação existe incondicionalmente, não por ser o principal ativo mas por proteger o principal ativo.

Semânticas à parte, a verdade é que na atualidade qualquer negócio, comercial ou não, depende grandemente da confidencialidade (apenas acede quem de direito), integridade (não há adulterações) e disponibilidade (está acessível quando necessário) da informação. Sendo esses três atributos os eixos base da segurança de informação, ter esta capacidade é requisito obrigatório para as organizações da atualidade.

O que pode ser feito para evitar ataques a servidores e data centers?

A segurança de informação tem que ser vista como um processo contínuo e holístico, caso contrário

“

A segurança de informação tem que ser vista como um processo contínuo e holístico, caso contrário nunca alcançará com o sucesso o seu objetivo - proteger a informação.

“

Há um conjunto de controlos e proteção que devem ser aplicados desde o ‘mundo físico’ ao mundo digital, mas mais importante do que os aplicar é fazê-lo de forma holística, contínua e adequada às necessidades reais.



rio nunca alcançará com o sucesso o seu objetivo - proteger a informação. Nesta medida, qualquer proteção ou controlo aplicado terá de ser contínuo no tempo (mantido e gerido de forma contínua) e holístico nas várias camadas organizacionais. Por exemplo, não valerá de nada utilizar mecanismos de proteção de serviços aplicativos se depois o acesso físico aos sistemas que os suportam é completamente inseguro. Da mesma forma que não valerá de nada proteger um web server com firewalls aplicativos e com auditorias do código que lá corre, se depois, nas camadas abaixo, são expostos diretamente ao exterior serviços de suporte

como o sistema de gestão de base de dados.

Há um conjunto de controlos e proteção que devem ser aplicados desde o “mundo físico” ao mundo digital, mas mais importante do que os aplicar é fazê-lo de forma holística, contínua e adequada às necessidades reais. O grupo Proseguro, nomeadamente através da sua mais recente aquisição, a Dognædis, é o único player no mercado que consegue ter verdadeiramente esta abordagem, uma vez que é o único player que tem experiência comprovada em segurança física e digital.

Como está a empresa a integrar a transformação digital na

segurança privada?

Em duas grandes vertentes. Primeiro na incorporação de capacidades na área de segurança de informação e cibersegurança. Segundo na capacitação digital de outras linhas de negócios já existentes. Sendo que para além dos resultados imediatos destas duas vertentes, estamos também a trabalhar em evoluções que surgem do cruzamento das duas. Como primeiro exemplo temos o nosso mais recente serviço - a ciber higienização. Um serviço inovador e pioneiro no mercado que traz aos equipamentos como os de controlo de acessos, CCTV ou alarmística de intrusão, proteções com as ameaças digitais. ●



Juan Carlos Ulate/Reuters

CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA

Fiscalização por inovar e concorrência por desentorpecer

O setor da segurança privada em Portugal continua sob grande pressão no que a preços e concorrência diz respeito, porém, em matéria de legislação já foram dados alguns passos importantes.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Segundo o Relatório Anual de Segurança Privada, da responsabilidade do Conselho de Segurança Privada, a segurança privada em Portugal, em 2015, entrou num ciclo de estabilização, após o esforço de adaptação ao novo regime jurídico introduzido pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, e sua regulamentação e legislação complementar.

O Conselho de Segurança Privada constituiu-se como um órgão de consulta do membro do governo responsável pela área da administração interna. Sendo uma das suas missões elaborar um relatório

anual sobre a atividade de segurança privada, o Conselho recolhe e analisa todos os dados referentes a esta área, traçando através deles um panorama geral da atividade, identificando assim as questões que merecem mais atenção no futuro.

Fiscalização e concorrência: focos de procação

Em termos de licenciamento administrativo, assistiu-se à conclusão da maioria dos processos de renovação de alvarás e licenças, bem como à normalização do período de emissão da habilitação necessária ao desempenho da atividade pelo pessoal de segurança privada. A normalização do setor e a estabilização dos processos produtivos foi acompanhada de um cresci-

mento das ações de fiscalização nesta área de atividade. No entanto, continuam, aponta o relatório, a verificar-se muitas situações que atestam a necessidade de criar métodos inovadores de fiscalização, baseados na triangulação de informação, de forma a dotar as entidades competentes de mais e melhores ferramentas.

Quanto ao sensível dossiê da concorrência, a análise aponta a existência de alguns fenómenos que “entorpecem” o desempenho da atividade de forma transparente e impedem uma salutar concorrência. Estes aspetos foram objeto de análise no âmbito do grupo de trabalho criado na sequência do Despacho n.º 11308/2015. Neste grupo estiveram representantes da

secretaria-geral do ministério da Administração Interna, GNR, PSP, PJ, Autoridade para as Condições de Trabalho, Autoridade Tributária e Aduaneira, associações de empresas de segurança privada e associações representativas do pessoal de vigilância, tendo por fim a análise a alguns fenómenos anómalos, de natureza criminal e contraordenacional, associados à segurança privada.

Nesta análise é ainda salientada a maior exigência do processo formativo, o qual tem sido objeto de uma apurada supervisão, esperando, à data, que a implementação do Centro Nacional de Exames contribua, de forma determinante, para o estabelecimento de um padrão qualitativo de referência. ●

A normalização e a estabilização dos processos produtivos foi acompanhada de um aumento da fiscalização